



# Diário da Assembleia

DECRETO LEGISLATIVO N. 7, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1967

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, faz publicar o seguinte Decreto Legislativo:  
A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:  
Artigo único — É aprovada a indicação do Engenheiro Abrahão Fainzilber, para exercer o cargo, em comissão, de Diretor Técnico (Departamento de Engenharia de Estradas) do Departamento de Estradas e Caminhos do Estado de São Paulo.

**269.a SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1.a SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6.a LEGISLATURA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1967**

**PRESIDENCIA** do Sr. José Rosa da Silva  
**SECRETARIOS**, Srs.: Hélio Mendonça, Jorge Maluly Neto e Orlando Jurca

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

As 17 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Abílio Nogueira Duarte — Adhemar Pacheco — Agnaldo de Carvalho — Alex Freza Netto — Alfeu Gasparini — Altmar Ribeiro de Lima — Alvaro Simões — Antônio Donato — Leite Carvalhos — Antônio Morimoto — Pinheiro Júnior — Antônio Salim Curiani — Ary Silva — Aurelio Campos — Avelino Júnior — Benedito Matarazzo — Camillo Ashcar — Cássio Champollini — Chopin Tavares de Lima — Conceição da Costa Neves — Diogo Nomura — Domingos Aldrovandi — Domingos Leonardo Ceravolo — Dulce Sales Cunha Braga — Egdio Serrano — Emílio Meneghini — Emeraldo Tarquinio — Fábio Macedo — Fausto Tomaz de Lima — Fauze Orios — Fernando Perrone — Fernando Mauro — Francisco Franco — Salgot Castillon — Geraldo dos Santos — Gilberto Siqueira Lopes — Guilherme Gomes — Heitor Maurício de Oliveira — Hélio Dejtiar — Hélio Nunes da Silva — Jacob Carolo — Jamil Duailibi — Jamil Gadia — Januário Mantelli Neto — Jayme Daige — João Paulo de Arruda Filho — Gouvêa Franco — Amaral Gurgel — Blota Júnior — José Amazonas — José Caill — José Costa — Archimedes Larcinoglia — José Jorge Cury — José Rosa da Silva — Jorge Maluly Neto — Jurandyr Paçcão — Juvenal de Campos — Juvenal Rodrigues de Moraes — Laercio Corte — Leônido Ferraz Júnior — Lincoln Grillo — Lúcio Casanova Neto — Marcondes Pereira — Mário Telles — Molina Júnior — Murilo Sousa Reis — Muzeli Elias Antônio — Nabil Chedid — Nadir Kenan — Nagib Chaib — Neralda Rubes — Avallone Júnior — Olavo Hourneaux de Moura — Orestes Quercia — Orlando Jurca — Osvaldo Santos Ferreira — Osvaldo Masetti — Paulo de Castro Prado — Paulo Nakandakare — Paulo Planet Buarque — Pedro Geraldo Costa — Raul Schwinden — Renato Cordeiro — Roberto Gebara — Roberto Rollemberg — Ruy de Mello Junqueira — Ruy Codo — Ruy Silva — Salim Thomé — Salim Sedeh — Salvador Julianelli — Semi Jorge Resegue — Shiro Kyono — Sival Antunes de Souza — Solon Borges dos Reis — Sidney Cunha — Urbano Reis — Valério Ghull — Wadih Helu — Lopes Ferraz — Hélio Mendonça — Vicente Botia e João L. de Almeida Prado; e ausência dos seguintes Srs. deputados: Arruda Castanho — Glória Júnior — Jacintho Figueira Júnior — Jacob Salvador Zveibil — Mendonça Falcão — Joaquim Formiga — Marcondes Filho — Nelson Pereira — Osvaldo Martins — Pedro Paschoal e João Batista Botelho.

O SR. PRESIDENTE — Convicto o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior que é considerada aprovada.

## ORDEM DO DIA

### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

— Entra em discussão o Projeto de lei n. 619-67, apresentado pelo Sr. Governador, orçando a receita e fixando a despesa para o exercício financeiro de 1968. Com emendas e propostas de alteração. Parecer n. 962-67, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto com os Programas Financeiros Plurianuais do Estado, as emendas n. 3, 4, 5 e 7, às propostas de alteração constantes das mensagens n. 333 e 352-67, com emenda e contrário às emendas n. 1, 2, 6 e 8.

Incluídas para votação em Plenário, conforme Requerimentos apresentados nos termos do § 3.º do artigo 246 do Regimento Interno, as emendas n. 2, 3, 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. Com a palavra o nobre deputado Aurélio Campos, que cede 15 minutos do seu tempo ao nobre deputado Domingos Aldrovandi, que está com a palavra.

O SR. DOMINGOS ALDROVANDI — (Sem revisão de orador) — Sr. Presidente e nobre Sra. deputados, há alguns dias já vem esta Casa examinando, principalmente pelos Srs. deputados do MDB, a proposta orçamentária para o exercício de 1968, apresentada a esta Casa pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, através do Projeto n. 619-67.

A presente peça orçamentária foi apreciada com muito interesse pela Comissão de

Finanças, que é a Comissão técnica maior responsável por essa matéria.

A proposta fixa receita e despesa na casa de 4 trilhões e meio de cruzeiros velhos, ou sejam, 4 bilhões e meio de cruzeiros novos, em números redondos.

Realmente, é um valor bastante elevado, que demonstra a pujança do Estado de São Paulo, apesar das contingências atuais porque passa o meio econômico-financeiro, não só do Estado, mas do País inteiro. Mas, nobre Srs. deputados, mesmo assim São Paulo dá uma demonstração inequívoca da sua pujança econômica, do seu desenvolvimento e do seu progresso e nós, como paulistas, não podemos deixar de nos envidarçar muito ou de nos rejubilarmos com essa posição de São Paulo, com essa situação já frisamos, apesar das dificuldades tão grandes porque passamos na conjuntura econômico-financeira do País. Mesmo assim, São Paulo, através do seu Governo, demonstra que o Estado anseia por progresso e que toda a sua população laboriosa se dedica ao seu desenvolvimento, objetivando não só a grandeza do Estado bandeirante, mas a projeção do Brasil.

Assim, pois, nós que pertencemos à Comissão de Finanças, pela qual, como já dissemos, o orçamento passou, onde foram examinados todos os seus anexos pelos vários ou inúmeros relatores e, posteriormente, pelo relator geral, nos rejubilamos, porque o nosso Estado já apresenta um orçamento dessa magnitude, com cifras verdadeiramente animadoras e reveladoras da sua situação de desenvolvimento. Porque, nobres Srs. deputados, pelas verbas nele consignadas, o Governo, no próximo ano, poderá efetuar serviços e obras de importância relevante para as comunas do nosso Interior, tendendo, assim, ao anseio de progresso e de melhores condições de vida para suas laboriosas e merecedoras classes trabalhadoras.

Assim, aproveitando a gentileza do nobre deputado Aurélio Campos, que nos cede alguns minutos do seu tempo, nos desejamos, nestas pálidas palavras, apenas apreciar alguns aspectos do orçamento para o ano de 1968.

Nós temos uma observação a fazer: do total de NCr\$ 4.541.983.418,00 apenas NCr\$ 28.437.440,00 é a parcela correspondente ao Poder Legislativo. Assim, poderão notar os nobres pares que esse valor corresponde apenas a, praticamente, 0,5% do total das despesas orçamentárias do exercício.

A seguir, temos o Tribunal de Contas com NCr\$ 5.617.000,00, o Governo do Estado com NCr\$ 19.470.000,00, a Secretaria dos Negócios do Governo com NCr\$ 8.311.000,00, a Secretaria da Justiça com 59.500.000,00, a Secretaria da Segurança Pública com 223 milhões e meio e a seguir a Secretaria da Educação que é a que tem a maior parcela — no orçamento, com um total de 573 milhões e 897 mil cruzeiros. Sabem V. Exas. o que representam essas duas Secretarias somadas à de Transportes, com 206 bilhões em toda a administração do Estado, pois que a Secretaria da Segurança, como o nome bem o define, é a responsável pela segurança do Estado, com todo o seu serviço de policiamento, e a Secretaria da Educação, à qual estão afetos todos os encargos do ensino em nosso Estado, é a responsável pela manutenção de um funcionalismo e de um professorado que ainda não atende às necessidades reais da nossa população, mas para a qual esta Casa está, e estará sempre, disposta a destinar e aprovar verbas, por grandes que sejam, para que nós tenhamos, cada vez melhor e mais aprimorado, os nossos serviços de segurança, de policiamento, e de educação, sobretudo, para que todas as crianças paulistas e paulistanas possam realmente se instruir.

O que queremos crer está na meta do atual Governo, que deseja, se esforça, se desdobra, para no próximo ano, no próximo exercício, atender a todas as matrículas que forem solicitadas em todos os estabelecimentos de ensino, ou seja, desde o primário até o curso superior.

A Secretaria de Transportes, nobres Srs. deputados, à qual está afeta a construção principalmente de estradas, é, também, uma das que constam no orçamento com uma dotação respeitável. Mas é por demais evidente e sabido de nós todos que essa verba se destina, sobretudo, à pavimentação e à abertura de novas estradas, tão necessárias ao nosso Interior, para o desenvolvimento dos nossos municípios, para o escoamento das nossas riquezas, para as ligações com os nossos Estados irmãos e com as demais partes do território pátrio. Assim, pois, igual-

mente, a essa Secretaria, por maior que sejam as dotações, elas ainda não atenderão aos reclamos, aos pedidos e as solicitações dos paulistas que anseiam e que lutam pelo desenvolvimento do nosso Estado nos seus mais variados setores.

Também a Secretaria da Agricultura, que tem uma dotação de 130 milhões de cruzeiros em números redondos, é uma das importantes Secretarias da Administração, porque é ainda o nosso País, e também o nosso Estado, essencialmente agrícola. Assim, pois, é um dos setores dos mais importantes da nossa produção de riquezas. E a Secretaria da Agricultura tem o encargo, através dos seus dedicados e competentes técnicos, de aprimorar a produção, aumentando as condições de produtividade, para que ela se torne cada vez mais econômica e com melhores condições de preços para os nossos consumidores.

O Sr. Olavo Hourneaux de Moura — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento de orador) — Nobre deputado Domingos Aldrovandi, V. Exa. faz uma análise superficial, é evidente, do orçamento, do projeto de lei que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1968. É evidente que V. Exa. se detém mais, por ser um homem da agricultura, no setor que diz respeito à Secretaria da Agricultura. Defende V. Exa., e tem de nossa parte todo o apoio, pontos relativos a verbas orçamentárias para essa Secretaria. Mas perguntamos a V. Exa., e tão-somente o fazemos no sentido de despertar a atenção de V. Exa. e desta Casa aos problemas da saúde, como será realizado o programa inenxo que, segundo as palestras, os esclarecimentos, as conferências e as informações prestadas pelo Prof. Leser, Secretário da Saúde, terá essa Secretaria que enfrentar? Segundo o Sr. Secretário, esses problemas estão sendo aditados em suas soluções, problemas que se agravam de ano para ano, problemas que cada vez mais se tornam difíceis de solucionar. Mas perguntaria a V. Exa.: não acha V. Exa. que, embora não se possa qualificar de irrisória, é pouco significativa a verba de 160 milhões de cruzeiros novos para a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde e de Assistência Social, face ao empreendimento tão vasto e à séria programação dessa Secretaria? Pergunto ainda: Será que não houve a influência da Secretaria de Economia e Planejamento, e inclusive da própria Secretaria da Fazenda, nesses cortes sistemáticos das verbas e dotações orçamentárias das várias Secretarias, diante daquilo que todos sabemos ser uma dificuldade, face a um orçamento deficitário do nosso Estado? Acredito, é evidente, que tenha havido cortes também em outras Secretarias, mas que pelo menos para a Secretaria da Saúde, diante da gravidade do problema que terá que enfrentar e da solução que terá que dar, não acha V. Exa. que esta dotação orçamentária não é significativa, não traduz as reais necessidades; que se cortes foram feitos, não deveriam ter sido tão acentuados para aquela Secretaria? É a pergunta que faço. Evidentemente, como V. Exa. não é Poder Executivo, não participou da feitura deste orçamento, não posso exigir que dê uma resposta categórica e esclarecedora; mas pelo menos, que sabe V. Exa., homem de Governo como é, tenha elementos para nos esclarecer, pelo que ficaríamos, evidentemente, satisfeitos. Era o que solitávamos de V. Exa. neste instante.

O SR. DOMINGOS ALDROVANDI — Nobre deputado Olavo Hourneaux de Moura, V. Exa., como médico dedicado e estudioso que é, conhece por certo, as necessidades do setor da saúde em todo o nosso Estado. Talvez assista a V. Exa. razão na assertiva que a dotação é baixa, pequena ou insuficiente, ou seja, 155 milhões de cruzeiros novos, isto é, 155 bilhões de cruzeiros antigos para a Secretaria da Saúde, que realmente tem sob sua responsabilidade o setor assistencial do nosso Estado.

Mas, não ignora V. Exa. que a responsabilidade da Secretaria do Planejamento e da Secretaria da Fazenda na elaboração do orçamento hoje, face à nova legislação, com os novos dispositivos constitucionais, é muito elevada, muito grande, porque exige a lei específica que os orçamentos sejam apresentados equilibrados. Sabe V. Exa. da dificuldade em que se encontra esse setor atualmente, pela deficiência acentuada que houve não só no primeiro semestre, mas até no segundo semestre do corrente exercício, relativamente à quebra da arrecadação, isto é, arrecadação inferior à prevista. É evidente, nobre deputado, que o setor respon-

sável pela elaboração do orçamento teve naturalmente, como não deixa de notar V. Exa., todo o cuidado, o máximo cuidado para que as dotações fossem apresentadas de modo a que, no exercício vindouro elas possam realmente ser atendidas com a arrecadação. Assim acredito, embora não tenha participado de reuniões conjuntas, que o Executivo, neste particular, como ocorreu em exercícios anteriores, em que os membros da Comissão de Finanças do Legislativo tinham várias reuniões com os encarregados, com os técnicos da Secretaria da Fazenda e do Planejamento, para que de antemão tomasse conhecimento da elaboração orçamentária. Mas, este ano, a dificuldade foi maior, dada a premência do tempo para a elaboração do orçamento, face às novas disposições e face às inúmeras novas exigências da lei, o que, naturalmente, trouxe redobradas dificuldades para os técnicos responsáveis por esse setor do Executivo.

Mas, dizamos nós, apesar disto é fácil inferir que tenha havido muito cuidado do setor responsável na elaboração do orçamento, para que no exercício para o qual se destina, ou seja, o próximo ano, venha o Governo a poder realmente cumprir ou dar atendimento a essas dotações, através da arrecadação efetiva, porque, naturalmente, o orçamento prevê o mínimo admissível e o mínimo necessário.

Evidentemente, se houver aumento de arrecadação, se houver aumento da receita, o Governo terá condições para, através das suplementações legais permissíveis, aumentar as dotações de acordo com as necessidades e as contingências apresentadas na ocasião da sua execução.

De modo que, nobre deputado Olavo Hourneaux de Moura, rapidamente, seriam essas apenas as respostas que poderíamos adiantar a V. Exa., esperando, assim, ter pelo menos em parte atendido às ponderações do nobre colega.

Tem o aparte V. Exa.; em seguida, e nobre deputado Marcondes Pereira.

O Sr. Olavo Hourneaux de Moura — Nobre deputado Domingos Aldrovandi, quero que V. Exa. acredite na sinceridade desta minha afirmativa: o meu desejo é colaborar neste orçamento num setor em que realmente acredito que possa participar com menço que possuo. Daí porque conhecimento que que possuo. Daí porque o estamos apartando; em outra oportunidade, ocuparemos a tribuna para defender, com argumentos e dados estatísticos melhores, estas afirmativas e estas indagações que fazemos. Veja V. Exa. o seguinte: no "Material de Consumo na Seção de Epidemiologia e Profilaxia Gerais", vamos encontrar uma verba de apenas 60.200 cruzeiros novos. Sabe V. Exa. que essa é uma dotação, uma verba insignificante para o Estado de São Paulo, principalmente quando sabemos das reais necessidades que há de um esclarecimento popular. Isso sem contar que esse material de consumo não é só para esclarecimento, mas inclusive para aplicação e, conseqüentemente, para resolver, se não de maneira total a profilaxia, pelo menos para dar condições melhores a este povo para se defender das moléstias. Então, vê V. Exa. que esta dotação é insignificante. Outro detalhe, desta vez relativo ao Instituto de Tracoma e Higiene Visual: temos aqui material de consumo na ordem de NCr\$ 46.600,00. Veja V. Exa. que ainda é insignificante a verba para aquilo que o Instituto de Tracoma e Higiene Visual realiza. Mesmo assim, comparativamente com a Profilaxia e Epidemiologia, a questão anterior foi muito mais séria e grave. Há um desinvestimento de dotação muito grande. Outro detalhe para o qual gostaríamos de chamar a atenção de V. Exa. tem relação com o material de consumo para propaganda e educação sanitária. Veja V. Exa. que um órgão tão importante como esse — V. Exa. é irmão de médico e tem vivência também dos problemas de ordem sanitária e sabe que, indiscutivelmente, a medicina do futuro é a profilática e não a curativa — precisa de amparo. Nós, médicos, não temos por objetivo a medicina curativa, mas a medicina profilática. No dia em que conseguirmos a profilaxia geral — por isso nos batemos — a humanidade estará salva. As pessoas morrerão por envelhecimento, por senilidade; por moléstia vai ser difícil. Veja pois V. Exa. que, na seção de propaganda de educação sanitária, as dotações são praticamente irrisórias em relação ao que São Paulo precisa.

Nesse item a dotação é de NCr\$ 32.180,00. Mais adiante, se me permite V. Exa. — estou tomando todo o seu tempo neste aparte, com a benevolência da Presi-